

# DIREITO CONSTITUCIONAL em exercícios

Igor Susano

500 questões  
comentadas  
do CESPE

questões  
organizadas  
por assunto

Comentários  
com ênfase na  
CF/1988 e na  
jurisprudência

**MATERIAL  
DEMONSTRATIVO**

1ª edição  
3ª atualização



revisão  
constitucional

AUTOR  
**IGOR SUSANO**

# **DIREITO CONSTITUCIONAL EM EXERCÍCIOS**

500 QUESTÕES COMENTADAS DA BANCA CESPE/CEBRASPE

1ª edição

3ª atualização (maio/2022)

Este material é de uso exclusivo do comprador, sendo proibido transferi-lo a terceiros, sob pena de exclusão do acesso à plataforma.

O uso desta obra para fins comerciais é expressamente proibido. Pirataria é crime.

## NOTA AO LIVRO

Este material traz comentários acerca de 500 questões dos mais diversos concursos públicos realizados pela banca CESPE, mencionando o dispositivo constitucional pertinente, bem como a jurisprudência sobre o caso. Os comentários costumam ser mais objetivos, sem informações desnecessárias. Porém, dependendo do caso, as explicações vão muito além de uma resposta direta. Tudo em prol do aprendizado e da absorção do conteúdo.

A ideia de fazer comentários objetivos e diretos decorre da minha frustração, da minha época de estudante, ao utilizar materiais recheados de conteúdo desnecessário. Os materiais prolixos apresentam dois grandes problemas: a) o concurseiro, já exausto pela quantidade excessiva de conteúdo que precisa absorver, estaria acumulando conhecimento irrelevante para as suas provas (conhecimento é importante e não pode ser menosprezado, mas precisamos filtrar em determinadas situações); b) além do conteúdo irrelevante, o concurseiro perde seu tempo precioso estudando 100 páginas de um material no qual somente 60 delas dizem respeito ao que ele realmente precisa saber.

Além disso, diversos trechos dos comentários foram destacados para dar maior ênfase nas partes mais importantes:

- **Negrito** e sublinhado: trechos que merecem mais destaque, como já explicado;
- **Vermelho**: neste caso, o destaque é voltado para casos que são exceção, ou que negam a questão.

Isso é tudo que precisam saber sobre o livro. Em caso de dúvidas sobre os comentários, entre em contato com o autor.

Bons estudos e rumo à aprovação!

## **NOTA SOBRE O AUTOR E OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

Olá. Meu nome é Igor Susano. Sou Pós-graduado em Direito Constitucional, fui Professor Comentarista na plataforma de questões do Gran Cursos Online entre agosto/2019 e fevereiro/2022 (tendo comentado cerca de 5.100 questões e recebido mais de 60 mil likes dos alunos). Também sou advogado e autor de diversas obras que, até o momento, ajudaram mais de 16.000 concurseiros em todo o Brasil.

Em 2017, iniciei meu trabalho nas redes sociais com a página @RevisaoConstitucional, no Instagram. Um projeto que desde o início foi muito bem recebido pelos concurseiros, estudantes de direito e oabeiros. Com o tempo, os seguidores começaram a exigir um conteúdo mais extenso, uma vez que o Instagram, embora sirva como uma ótima ferramenta de aprendizado, tem diversas limitações no Feed e no Stories. Assim, em janeiro de 2019, o primeiro livro foi divulgado.

De lá para cá, criei mais de uma dezena de livros. Sempre elaboro os materiais pensando na melhor maneira possível de entregar o conteúdo ao aluno. Por isso, busco utilizar uma didática simples e objetiva. Acredito que esse seja o motivo pelo qual os materiais são tão bem avaliados na Hotmart (é a plataforma que utilizo para disponibilizar todos os meus materiais), sem contar as mensagens quase que diárias no Instagram e no Telegram.

Desde o esboço até as revisões finais, a elaboração de um livro exige meses de trabalho e dedicação. Além do mais, todos eles possuem atualizações gratuitas por pelo menos 01 ano. Tudo isso para que o material tenha melhor didática e qualidade possível.

Novos materiais estão sendo produzidos. O lançamento deles sempre é divulgado em minhas redes sociais, principalmente no Instagram. Inclusive, vou deixar o link e o QR Code das minhas páginas no Instagram, caso queira acompanhá-las. No total, mais de 445.000 seguidores recebem nossas postagens diárias!

Enfim. Vamos aos estudos. Rumo à aprovação!

Quer conteúdo diário, gratuito e de qualidade? Acompanhe meu trabalho no Instagram. Basta **clicar no link** ou **ler o QR Code** pelo celular:

➤ [@AdministrativoSemMistérios](#)



➤ [@RevisãoConstitucional](#)



➤ [@MacetesDoConcurseiro](#)



➤ [@CESPESemMistérios](#)



➤ [@MeuSonhoPolicia](#)



➤ [@RevisãoDoConcurseiro](#)



➤ [@Prof IgorSusano](#)



## **ALTERAÇÕES DA 3ª ATUALIZAÇÃO**

Houve alterações nos gabaritos e nos comentários das seguintes questões:

- Questão 76
- Questão 281
- Questão 301
- Questão 393
- Questão 396
- Questão 406

## SUMÁRIO DO MATERIAL COMPLETO

<b>TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1 Poder Constituinte.....	1
2 Classificação das Constituições.....	5
3 Eficácia das normas constitucionais .....	10
<b>PREÂMBULO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....</b>	<b>21</b>
1 Direito à vida .....	21
2 Direito à liberdade.....	22
3 Direito à igualdade .....	27
4 Direito à privacidade .....	29
5 Direito à honra.....	34
6 Direito de propriedade .....	35
7 <i>Habeas corpus</i> .....	37
8 <i>Habeas data</i> .....	40
9 Mandado de segurança .....	41
10 Mandado de injunção .....	45
11 Ação popular .....	45
12 Direitos constitucionais penais e garantias constitucionais do processo .....	47
<b>DIREITOS SOCIAIS .....</b>	<b>59</b>
<b>DIREITOS DA NACIONALIDADE.....</b>	<b>69</b>
<b>DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>80</b>
1 Direitos políticos .....	80
2 Partidos políticos .....	89
<b>ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO .....</b>	<b>92</b>
1 Repartição de competências constitucionais .....	92
2 União.....	103
3 Estados .....	106
4 Municípios .....	111
5 DF e Territórios .....	115
6 Intervenção federal e estadual.....	120

<b>PODER LEGISLATIVO</b> .....	<b>125</b>
1 Congresso Nacional.....	125
2 Câmara dos Deputados .....	128
3 Senado Federal .....	132
4 Vedações, garantias e imunidades parlamentares .....	136
5 Comissões Parlamentares e CPIs.....	138
6 TCU e fiscalização contábil, financeira e orçamentária da União .....	141
<b>PROCESSO LEGISLATIVO</b> .....	<b>148</b>
1 Fases do Processo Legislativo e Deliberações .....	148
<b>PODER EXECUTIVO</b> .....	<b>165</b>
1 Presidente da República, Vice-Presidente da República e Ministros de Estado .....	165
2 Imunidades, crimes comuns, crimes de responsabilidade de <i>Impeachment</i> .....	174
3 Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional .....	178
<b>PODER JUDICIÁRIO</b> .....	<b>181</b>
1 Disposições gerais .....	181
2 STF .....	190
3 CNJ.....	197
4 STJ, Justiça Federal e demais Justiças.....	202
<b>FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA</b> .....	<b>217</b>
1 Ministério Público .....	217
2 Advocacia Pública .....	228
3 Advocacia.....	231
4 Defensoria Pública.....	233
<b>DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS</b> .....	<b>238</b>
1 Estado de Defesa e Estado de Sítio.....	238
2 Forças Armadas e Segurança Pública.....	242



## TEORIA GERAL DA CONSTITUIÇÃO

### 1 PODER CONSTITUINTE

#### QUESTÃO 01

(CESPE – STJ – Técnico Judiciário: Tecnologia da Informação – 2015)

Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

A superveniência de nova Constituição não afetará o direito adquirido na ordem constitucional anterior.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A **criação de uma nova Constituição** só é possível mediante a manifestação do Poder Constituinte Originário.

Uma das características do Poder Constituinte Originário diz respeito ao fato de ele ser **ilimitado**, isto é, ele não está obrigado a respeitar os limites postos pela ordem jurídica anterior.

Dessa maneira, segundo o STF, **não há direito adquirido em face da nova ordem jurídica** (nova Constituição).

Ainda que a nova Constituição admitisse expressamente em seu texto o direito adquirido (como ocorre no art. 5º, XXXVI, CF, essa não seria uma hipótese de direito adquirido em face da nova Constituição, e sim uma ressalva, um reflexo da vontade do Poder Constituinte Originário, que não se vincula à ordem jurídica anterior.

GABARITO: errado.

#### QUESTÃO 10

(CESPE – TCE/PR – Analista de Controle: Jurídica – 2016)

Julgue o próximo item.

As assembleias nacionais constituintes são as entidades que titularizam o poder constituinte originário.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

As assembleias nacionais constituintes não titularizam o poder constituinte originário, pois este pertence ao povo. As referidas assembleias são meros instrumentos utilizados pelo titular do poder (o povo) para expressar a sua vontade.

## 2 CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

### QUESTÃO 14

(CESPE – DPU – Defensor Público Federal – 2017)

A respeito da evolução histórica do constitucionalismo no Brasil, das concepções e teorias sobre a Constituição e do sistema constitucional brasileiro, julgue o item a seguir.

A CF goza de supremacia tanto do ponto de vista material quanto do formal.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A **supremacia material** da Constituição decorre da natureza de seu conteúdo, que diz respeito aos elementos essenciais que compõem a organização do Estado. A **supremacia formal** fala do processo de alteração mais rígido da Constituição em relação às demais leis.

A CF goza de supremacia formal e de supremacia material.

GABARITO: certo.

## 3 EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

### QUESTÃO 23

(CESPE – STJ – Analista Judiciário: Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2018)

Considerando a legislação, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos direitos e das garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

A norma constitucional que estabelece que o provimento dos cargos públicos ocorra por meio da realização de concurso público é de eficácia limitada, tendo em vista que a promoção do certame depende de autorização legal.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Não é necessária lei infraconstitucional para dar eficácia à norma constitucional que impõe a necessidade de concurso público para o provimento dos cargos públicos. Tal norma da CF é de eficácia plena.

GABARITO: errado.

# PREÂMBULO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

### QUESTÃO 39

(CESPE – MPOG – Técnico de Nível Superior: Cargo 22 – 2016)

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item a seguir.

**Nos termos da nossa CF, todo o poder emana do povo que, por sua vez, o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

É justamente o que diz o parágrafo único do art. 1º da CF:

CF, art. 1º, Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Esse dispositivo expõe a soberania popular na República Federativa do Brasil.

O poder é do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, demonstrando que **o Brasil adotou a democracia semidireta**: em alguns momentos o povo toma as decisões políticas do país diretamente; em outros momentos, quem decide são os representantes eleitos, mas sempre representando a vontade do povo.

GABARITO: certo.

# DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

## 1 DIREITO À VIDA

### QUESTÃO 45

(CESPE – TRT8 – Analista Judiciário: Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2017)

Acerca dos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item. Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade em face da Lei de Biossegurança, o STF firmou entendimento acerca do descabimento de pesquisa com células-tronco, como decorrência do direito à vida.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

É justamente o contrário. **O STF entende que a pesquisas com células-tronco reforçam o direito à vida**, tendo julgado constitucional a Lei de Biossegurança:

A escolha feita pela Lei de Biossegurança não significou um desprezo ou desapeço pelo embrião *in vitro*, porém uma mais firme disposição para encurtar caminhos que possam levar à superação do infortúnio alheio. Isso no âmbito de um ordenamento constitucional que desde o seu preâmbulo qualifica "a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça" como valores supremos de uma sociedade mais que tudo "fraterna". O que já significa incorporar o advento do constitucionalismo fraternal às relações humanas, a traduzir verdadeira comunhão de vida ou vida social em clima de transbordante solidariedade em benefício da saúde e contra eventuais tramas do acaso e até dos golpes da própria natureza. Contexto de solidária, compassiva ou fraternal legalidade que, longe de traduzir desprezo ou desrespeito aos congelados embriões *in vitro*, significa apreço e reverência a criaturas humanas que sofrem e se desesperam. Inexistência de ofensas ao direito à vida e da dignidade da pessoa humana, pois **a pesquisa com células-tronco embrionárias (inviáveis biologicamente ou para os fins a que se destinam) significa a celebração solidária da vida e alento aos que se acham à margem do exercício concreto e inalienável dos direitos à felicidade e do viver com dignidade [...]**.

[ADI 3.510, rel. min. Ayres Britto, j. 29-5-2008, P, DJE de 28-5-2010.]

GABARITO: errado.

## 2 DIREITO À LIBERDADE

### QUESTÃO 52

(CESPE – TRT7 – Analista Judiciário: Oficial de Justiça Avaliador Federal – 2017)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, julgue o próximo item.

**Conforme entendimento do STF, o direito fundamental à liberdade de pensamento e de livre expressão da atividade intelectual, independentemente de censura, deve ser interpretado à luz do mandamento constitucional que prevê a preservação da vida privada e da imagem da pessoa, de modo a ser exigível o consentimento do interessado no caso de publicação de biografia que possa causar sério agravo à intimidade.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

No caso de publicação de biografia que possa causar sério agravo à intimidade, o STF entende não ser exigível o consentimento do interessado.

A Corte deu interpretação conforme a Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil. Abaixo, o texto dos referidos dispositivos:

CC, art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais.

Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.

CC, art. 21. A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, a requerimento do interessado, adotará as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.

No julgamento da ADI 4815/DF, o STF considerou que:

Autorização prévia para biografia constitui censura prévia particular. O recolhimento de obras é censura judicial, a substituir a administrativa. O risco é próprio do viver. Erros corrigem-se segundo o direito, não se coartando liberdades conquistadas. A reparação de danos e o direito de resposta devem ser exercidos nos termos da lei.

A liberdade é constitucionalmente garantida, não se podendo anular por outra norma constitucional (inc. IV do art. 60), menos ainda por norma de hierarquia inferior (lei civil), ainda que sob o argumento de se estar a resguardar e proteger outro direito constitucionalmente assegurado, qual seja, o da inviolabilidade do direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem.

Para a coexistência das normas constitucionais dos incs. IV, IX e X do art. 5º, há de se acolher o balanceamento de direitos, conjugando-se o direito às liberdades com a inviolabilidade da intimidade, da privacidade, da honra e da imagem da pessoa biografada e daqueles que pretendem elaborar as biografias.

Ação direta julgada procedente para dar interpretação conforme à Constituição aos arts. 20 e 21 do Código Civil, sem redução de texto, para, em consonância com os direitos fundamentais à liberdade de pensamento e de sua expressão, de criação artística, produção científica, declarar inexigível autorização de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo também desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, em caso de pessoas falecidas ou ausentes).

[ADI 4815, rel. min. Carmen Lúcia, j. 10-6-2015, P, DJE 01-2-2016.]

GABARITO: errado.

### 3 DIREITO À IGUALDADE

#### QUESTÃO 59

(CESPE - STJ - Técnico Judiciário: Administrativa - 2015)

Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.

**Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Exato! As ações afirmativas buscam a igualdade material. Para isso, criam mecanismos que, na prática, dão benefícios a um grupo determinado de pessoas, visto que, em virtude da sua condição, se encontram em um nível de desvantagem em relação às demais pessoas que a igualdade formal (igualdade perante a lei) não foi capaz de suprimir.

Um exemplo de ação afirmativa é a cota para pessoas com deficiência nos concursos públicos.

GABARITO: certo.

### 4 DIREITO À PRIVACIDADE

#### QUESTÃO 62

(CESPE - MPU - Técnico do MPU: Administração - 2018)

Com base nas disposições constitucionais acerca de princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue o item a seguir.

**Policiais têm a prerrogativa de adentrar na casa de qualquer pessoa durante o período noturno, desde que portem determinação judicial ou o morador consinta.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A assertiva aborda o conteúdo do art. 5º, XI, da CF, que diz: "a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial".

Observa-se que, **quando o morador consente, a CF não impõe regra específica em relação ao horário**. Ou seja, havendo o consentimento do morador, os policiais podem adentrar na casa, independentemente do horário. Entretanto, sem o consentimento do morador, é possível adentrar na casa quando:

- Houver flagrante delito;
- For caso de desastre;
- Para prestar socorro;
- Por determinação judicial, desde que durante o dia.

Dessa maneira, **os policiais não têm prerrogativa de adentrar na casa de qualquer pessoa durante o período noturno fundamentando-se em determinação judicial**, apenas se o morador consentir.

GABARITO: errado.

### 5 DIREITO À HONRA

#### QUESTÃO 72

(CESPE – IPHAN – Auxiliar Institucional: Área 1 – 2018)

**A respeito dos direitos e das garantias fundamentais, julgue o item seguinte.**

**O direito de resposta proporcional a um cidadão que tenha sido ofendido não impede o direito à indenização por dano material, moral ou à imagem.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A resposta da assertiva está no art. 5º, V, da CF, que diz: “é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem”.

A CF garante o direito de resposta, que deve ser proporcional ao agravo, e também a indenização por dano material, moral ou à imagem.

Ou seja, **o uso do direito de resposta não afasta a reparação pelos danos causados**.

GABARITO: certo.

### 6 DIREITO DE PROPRIEDADE

#### QUESTÃO 76

(CESPE – STJ – Técnico Judiciário: Saúde Bucal – 2015)

**Julgue o item seguinte, acerca dos direitos e garantias fundamentais da República Federativa do Brasil.**

**Uma banda formada por músicos amadores não remunerados estará dispensada do pagamento de direitos autorais em razão da execução de obra musical alheia.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

A questão tinha como fundamento a jurisprudência sumulada do STF:

Súmula n. 386 do STF: Pela execução de obra musical por artistas remunerados é devido direito autoral, não exigível quando a orquestra for de amadores.

Entretanto, **a Súmula n. 386 do STF foi superada.**

GABARITO: questão desatualizada.

## 7 HABEAS CORPUS

### QUESTÃO 82

(CESPE – TRT7 – Analista Judiciário: Área Judiciária – 2017)

Acerca dos princípios, direitos e garantias fundamentais previstos na CF, julgue o item. Não cabe *habeas corpus* para o trancamento de processo por crime de responsabilidade atribuído ao presidente da República, uma vez que as sanções para tal espécie de infração são de índole político-administrativa.

( ) CERTO      ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

**Não é cabível o *habeas corpus* para trancamento de processo**, pois é um remédio constitucional que visa garantir a liberdade de locomoção, isto é, o direito de ir e vir.

Conforme a CF, art. 5º, LXVIII, “conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”.

GABARITO: certo.

## 8 HABEAS DATA

### QUESTÃO 87

(CESPE – STJ – Analista Judiciário: Área Administrativa – 2018)

No tocante ao controle da administração pública, julgue o item seguinte.

O mandado de segurança e o *habeas data* são remédios constitucionais utilizados para a realização do controle judicial da administração pública, controle esse que pode ocorrer por provocação ou de ofício.

( ) CERTO      ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

O **controle judicial da administração pública** é o controle exercido pelo Poder Judiciário, que só pode ocorrer por provocação.

Só o controle exercido pela própria administração pública, com base na **autotutela**, pode ocorrer por provocação ou de ofício.

GABARITO: errado.



### 9 MANDADO DE SEGURANÇA

#### QUESTÃO 92

(CESPE – Prefeitura de Fortaleza/CE – Procurador do Município – 2017)

Acerca dos remédios constitucionais, julgue o próximo item.

Embora não tenham personalidade jurídica própria, os órgãos públicos titulares de prerrogativas e atribuições emanadas de suas funções públicas — como, por exemplo, as câmaras de vereadores, os tribunais de contas e o MP — têm personalidade judiciária e, por conseguinte, capacidade ativa de ser parte em mandado de segurança para defender suas atribuições constitucionais e legais.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Alguns órgãos públicos, apesar de não terem personalidade jurídica própria, possuem capacidade processual, ou seja, personalidade judiciária.

Neste ponto, cabe apontar a Súmula 525 do STJ, que diz: “a Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais”.

Vale frisar, também, que o Ministério Público não possui personalidade jurídica própria, apenas personalidade judiciária:

O Ministério Público, embora não detenha personalidade jurídica própria, é órgão vocacionado à preservação dos valores constitucionais, dotado de autonomia financeira, administrativa e institucional que lhe conferem a capacidade ativa para a tutela da sociedade e de seus próprios interesses em juízo, sendo descabida a atuação da União em defesa dessa instituição.

[ACO 1.936 AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 28-4-2015, 1ª T, DJE de 27-5-2015.]

GABARITO: certo.

### 10 MANDADO DE INJUNÇÃO

#### QUESTÃO 98

(CESPE – Prefeitura de Manaus/AM – Procurador do Município – 2018)

Julgue o item seguinte, a respeito do mandado de injunção.

A decisão que concede mandado de injunção, em geral, gera efeitos *ultra partes*.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A **regra** é a eficácia *inter partes*, ou seja, a referida decisão terá efeitos apenas em relação às partes da lide (art. 9º, *caput*, Lei n. 13.300/2016).

Conforme o art. 9º, § 1º da Lei n. 13.300/2016, “poderá ser conferida eficácia *ultra partes* ou *erga omnes* à decisão, quando isso for inerente ou indispensável ao exercício do

direito, da liberdade ou da prerrogativa objeto da impetração”, sendo essa a hipótese que torna viável conferir eficácia *ultra partes* à decisão do mandado de injunção.

GABARITO: errado.

### 11 AÇÃO POPULAR

#### QUESTÃO 101

(CESPE – TCE/PE – Analista de Gestão: Julgamento – 2017)

**Acerca dos princípios fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir.**

**Se determinado dirigente de autarquia estadual editar ato administrativo lesivo ao patrimônio público, qualquer cidadão ou pessoa jurídica poderá propor ação popular para anular o referido ato, sem custas judiciais.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A assertiva aborda o art. 5º, LXXIII, da CF, bem como a Súmula n. 365 do STF:

CF, art. 5º, LXXIII: qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Súmula n. 365 do STF: Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular.

GABARITO: errado.

### 12 DIREITOS CONSTITUCIONAIS PENAIS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO

#### QUESTÃO 104

(CESPE – Polícia Federal – Perito Criminal Federal – 2018)

**Com relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.**

**Dada a previsão constitucional de que nenhuma pena passará da pessoa do condenado a outrem, o ordenamento jurídico veda que obrigações de reparação de danos sejam estendidas aos sucessores do condenado.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Diz o art. 5º, XLV, da CF: “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, **até o limite do valor do patrimônio transferido**”.

Eventual obrigação de reparação de dano pode ser estendida aos sucessores, desde que até o limite do patrimônio transferido. Grosso modo, os sucessores responderão pela reparação de danos até o limite do valor da herança.

GABARITO: errado.

### QUESTÃO 116

(CESPE – FUB – Técnico em Assuntos Educacionais – 2016)

**Acerca de classificação constitucional, de princípios, direitos e garantias fundamentais e de servidores públicos, julgue o seguinte item.**

**A ampla defesa e o contraditório são princípios constitucionais fundamentais decorrentes do devido processo legal aplicáveis tanto ao cidadão em geral quanto aos servidores públicos.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

Exato. É o que diz a CF:

CF, art. 5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

Temos dois grupos de sujeitos que possuem direito ao contraditório e à ampla defesa:

- Litigantes, em processo judicial ou administrativo;
- Acusados em geral.

**A CF não veda tais garantias aos servidores públicos.**

Para enriquecer o conhecimento sobre a matéria, vejamos o que diz o STF:

A decisão ora agravada reflete a pacífica jurisprudência desta Corte a respeito do tema, que reconhece a necessidade da observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa em procedimento de dispensa de servidor público. Esses postulados devem ser seguidos ainda que se trate de servidor contratado sob o regime celetista e mesmo que ainda se encontre em fase de estágio probatório.

[AI 634.719 ED, rel. min. Dias Toffoli, j. 7-2-2012, 1ª T, DJE de 9-3-2012.]

GABARITO: certo.

### DIREITOS SOCIAIS

#### QUESTÃO 124

(CESPE - IPHAN - Técnico I: Área 1 - 2018)

**Acerca de direitos humanos, direitos de minorias e movimentos sociais urbanos, julgue o item seguinte.**

**A Constituição Federal de 1988, por possuir expressivo conjunto de normas diretamente relacionado aos direitos sociais, preserva os direitos fundamentais das minorias, como, por exemplo, o direito a terra dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.**

**( ) CERTO            ( ) ERRADO**

#### COMENTÁRIOS

A CF, de fato, preserva os direitos fundamentais das minorias. Em diversos momentos, dispõe sobre o direito de terra dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Vejamos:

CF, art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

CF, art. 216, § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

CF, art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

[...]

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Incontestável, portanto, que a CF se preocupa em preservar o direito a terra das comunidades indígenas e quilombolas, além de proteger outras minorias, como ocorre ao longo do texto constitucional.

GABARITO: certo.

### QUESTÃO 131

(CESPE - STJ - Analista Judiciário: Área Administrativa - 2015)

No que concerne aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e aos direitos fundamentais, julgue o próximo item.

O princípio da unicidade, que veda a criação, na mesma base territorial, de mais de uma organização sindical representativa de mesma categoria profissional, não alcança entidades que, no âmbito de um mesmo município, mas em bairros distintos, representem mesma profissão.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

O princípio da unicidade da organização sindical está presente no art. 8º, II, da CF: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

A menor área possível é a de um Município. Dessa maneira, **não pode haver mais de um sindicato no mesmo Município**, ainda que atuem em bairros diferentes.

GABARITO: errado.

## DIREITOS DA NACIONALIDADE

### QUESTÃO 148

(CESPE - ABIN - Agente de Inteligência - 2018)

Julgue o item seguinte, relativo ao direito de nacionalidade.

Filho de brasileiros nascido no estrangeiro que opte pela nacionalidade brasileira não poderá ser extraditado, uma vez que os efeitos dessa opção são plenos e têm eficácia retroativa.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

De início, a questão nos remete ao art. 12 da CF:

CF, Art. 12. São brasileiros:

I - natos;

[...]

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

Observa-se que filho de brasileiros nascido no estrangeiro que opte pela nacionalidade brasileira será considerado brasileiro nato.

O STF entende que os **efeitos da opção pela nacionalidade brasileira possuem eficácia retroativa** (*ex tunc*). Isto é, o sujeito será considerado como brasileiro nato desde o seu nascimento, e não desde a data da homologação da opção pela nacionalidade brasileira.

Por fim, o brasileiro nato não poderá ser extraditado:

CF, art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

GABARITO: certo.

### QUESTÃO 158

(CESPE - DPU - Técnico em Assuntos Educacionais - 2016)

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, de acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

Adotou-se como regra o critério sanguíneo para a definição da nacionalidade brasileira.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

No direito brasileiro, a **regra** é o critério *jus solis*, ao passo que o *jus sanguinis* é **exceção**. Este critério leva em conta o local de nascimento do indivíduo, ao passo que o critério sanguíneo (*jus sanguinis*) tem como base a ascendência (os pais do sujeito).

Vejamos o que diz a CF:

CF. art. 12. São brasileiros:

I - natos:

- a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; (regra do *jus solis*)
- b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil; (exceção; critério do *jus sanguinis*)
- c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (exceção; critério do *jus sanguinis*)

Se a regra fosse o critério do *jus sanguinis*, quem nasceu no Brasil e possui pais estrangeiros não seria considerado brasileiro; além disso, quem nasceu no estrangeiro e possui pais brasileiros seria considerado brasileiro, simplesmente pelo fato de ter pais brasileiros.

GABARITO: errado.

## DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS

### 1 DIREITOS POLÍTICOS

#### QUESTÃO 164

(CESPE – MPE/PI – Analista Ministerial: Área Processual – 2018)

A propósito do que dispõe a Constituição Federal acerca dos direitos políticos dos analfabetos, julgue o item a seguir.

O analfabetismo não representará óbice à elegibilidade dos cidadãos, haja vista a garantia do amplo exercício dos direitos políticos, característica do estado democrático de direito.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Segundo o art. 14, § 4º, da CF, “são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”.

Ou seja, o **analfabetismo** representa óbice à elegibilidade dos cidadãos.

Embora o cidadão analfabeto possa votar (CF, art. 14, § 1º, II, “a”), ele não pode ser votado (ou seja, não pode ser eleito). Portanto, é inelegível.

GABARITO: errado.

#### QUESTÃO 179

(CESPE – TCE/PA – Auditor de Controle Externo: Área Administrativa – 2016)

No que diz respeito à disciplina constitucional relativa aos direitos políticos, julgue o item seguinte.

A alistabilidade, que se refere à capacidade do indivíduo de ser eleitor, com direito de participar da escolha dos mandatários, é vedada aos estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, aos conscritos.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A **alistabilidade** é, de fato, a capacidade do indivíduo de votar, de ser eleitor, com o direito de participar da escolha de seus representantes.

Sobre a proibição de alistamento eleitoral, a CF, art. 14, § 2º dispõe: “**não podem alistar-se** como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos”.

GABARITO: certo.



## ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

### 1 REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

#### QUESTÃO 190

(CESPE – MPE/PI – Analista Ministerial: Área Processual – 2018)

Acerca de normas processuais, atos processuais, tutela provisória e atuação do Ministério Público no processo civil, julgue o item subsequente.

Os estados-membros têm competência para editar normas a fim de estabelecer procedimentos em matéria processual, podendo se basear em peculiaridades locais para legislar nessa situação.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

É o que diz o texto constitucional:

CF, Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XI - procedimentos em matéria processual;

Importante frisar que a União possui competência privativa para legislar sobre direito processual (art. 22, I, CF).

Não confunda direito processual com procedimentos em matéria processual:

- Legislar sobre direito processual: competência privativa da União;
- Legislar sobre procedimentos em matéria processual: competência concorrente da União, dos Estados e do DF.

GABARITO: certo.

### 2 UNIÃO

#### QUESTÃO 214

(CESPE – EMAP – Assistente Portuário: Área Administrativa – 2018)

Com relação à organização do Estado, julgue o item a seguir.

As águas superficiais maranhenses são bens do estado, ainda que, na forma da lei, sejam decorrentes de obras da União.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Vejamos o que diz a CF:

CF, art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

Observa-se que, quando as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, forem decorrentes de obras da União, elas deixaram de ser bens do Estado.

GABARITO: errado.

### 3 ESTADOS

#### QUESTÃO 222

(CESPE – IPHAN – Auxiliar Institucional: Área 1 – 2018)

Com relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, julgue o item subsecutivo.

**Para que um estado seja incorporado a outro, é necessária consulta prévia à população dos dois estados, por meio de plebiscito.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A questão aborda o entendimento do § 3º do art. 18 da CF:

CF, art. 18, § 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

Observa-se que há dois requisitos:

1. Aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito;
2. Aprovação do Congresso nacional, por meio de lei complementar.

A assertiva exige um pouco de interpretação, pois o CESPE afirmou que “é necessária consulta prévia...”, e não “é necessária somente consulta prévia...”, visto também haver necessidade de aprovação do Congresso Nacional.

GABARITO: certo.

### 4 MUNICÍPIOS

#### QUESTÃO 233

(CESPE – Prefeitura de Manaus/AM – Procurador do Município – 2018)

Conforme regras e interpretação da CF, julgue o item subsequente, relativo a autonomia municipal e intervenção de estado-membro em município.

**Da capacidade de auto-organização municipal decorre a constatação de que o estado-membro não pode ingerir na autonomia organizatória do município, o que confere a este a possibilidade de ordenar internamente, inclusive por meio de lei orgânica, sem a necessidade de anuência do respectivo governo estadual.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

## COMENTÁRIOS

A CF/88 garantiu aos Municípios, dentre outras, a capacidade de auto-organização, que diz respeito à elaboração da Lei Orgânica sem, contudo, estar subordinada às disposições da Constituição Estadual.

**Somente a Constituição Federal** pode limitar a capacidade de auto-organização dos entes federados. Conforme o STF:

[...] a Constituição da República fixou ela mesma os parâmetros limitadores do poder de auto-organização dos Municípios e excetuados apenas aqueles que contêm remissão expressa ao direito estadual (art. 29, VI, IX e X) – a Constituição do Estado não os poderá abrandar nem agravar.

[ADI 2.112 MC, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 11-5-2000, P, DJ de 18-5-2001.]

GABARITO: certo.

## 5 DF E TERRITÓRIOS

### QUESTÃO 243

(CESPE – TCE/RN – Inspetor: Tecnologia da Informação – 2015)

No que concerne à organização político-administrativa, julgue o item subsequente.

**Por possuírem autonomia política, os territórios federais têm sua criação, transformação em estado ou reintegração ao estado de origem dependente da aprovação, por plebiscito, da população diretamente interessada e da ratificação do Congresso Nacional.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

## COMENTÁRIOS

Territórios federais não possuem autonomia política! Apenas os entes federados a possuem (CF, art. 18, *caput*).

Até porque, os **territórios federais** possuem natureza jurídica de autarquias federais (este é o entendimento que deve ser levado em conta para as provas do CESPE).

Alguns, entretanto, consideram que a sua natureza jurídica é híbrida:

- Em determinado momento, são autarquias integrantes da União, ou seja, autarquias federais (CF, art. 18, § 2º), fazendo parte da administração pública indireta;
- Por outro lado, se comportam como entes federados, podendo, entre outros:
  - Eleger quatro deputados federais (CF, 44, § 2º, CF);
  - Ser divididos em Municípios (CF, art. 33, § 1º);
  - Eleger um governador, caso possuam mais de 100 mil habitantes (CF, art. 33, § 3º).

GABARITO: errado.

## 6 INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL

### QUESTÃO 251

(CESPE – STM – Analista Judiciário: Área Judiciária – 2018)

Tendo em vista a organização do Estado e o fato de que o texto constitucional prevê a possibilidade de determinados órgãos do Poder Judiciário requisitarem ao presidente da República intervenção federal no caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária, julgue o item seguinte.

De acordo com a vigente Constituição, cabe ao Superior Tribunal Militar requisitar intervenção da União quando outra unidade federativa criar óbice ao cumprimento de decisão de qualquer órgão da justiça militar.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

A resposta desta assertiva está na jurisprudência do STF.

Primeiro, vamos ler o dispositivo constitucional pertinente ao assunto:

CF, art. 36. A decretação da intervenção dependerá:

[...] II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

O STF, por sua vez, entende que cabe ao STF a requisição de intervenção para assegurar a execução de decisões da Justiça Militar, mesmo fundadas em direito infraconstitucional:

**Cabe exclusivamente ao STF requisição de intervenção para assegurar a execução de decisões da Justiça do Trabalho ou da Justiça Militar, ainda quando fundadas em direito infraconstitucional:** fundamentação. O pedido de requisição de intervenção dirigida pelo presidente do Tribunal de execução ao STF há de ter motivação quanto à procedência e também com a necessidade de intervenção.

[IF 230, rel. min. Sepúlveda Pertence, j. 24-4-1996, P, DJ de 1º-7-1996.]

Por fim, outro entendimento para complementar os estudos:

Art. 36, II, da CF. Define-se a competência pela matéria, cumprindo ao STF o julgamento quando o ato inobservado lastreia-se na CF; ao STJ quando envolvida matéria legal e ao TSE em se tratando de matéria de índole eleitoral.

[IF 2.792, rel. min. Marco Aurélio, j. 4-6-2003, P, DJ de 1º-8-2003.]

GABARITO: errado.

## PODER LEGISLATIVO

### 1 CONGRESSO NACIONAL

#### QUESTÃO 259

(CESPE – EMAP – Assistente Portuário: Área Administrativa -2018)

No que se refere à organização dos poderes, julgue o item que segue.

A criação de cargo público federal é matéria que cabe ao Congresso Nacional dispor, mas depende da sanção do presidente da República.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

De fato, **cabe ao Congresso nacional** dispor sobre a criação de cargo público federal, que depende da sanção do Presidente da República:

CF, art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: [...]

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*;

Cuidado para não confundir os termos “dispor” e “iniciativa”. Cabe ao Congresso Nacional dispor a criação de cargo público federal, mas a iniciativa da lei que dispõe sobre essa matéria é privativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º, II, “a”).

GABARITO: certo.

### 2 CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### QUESTÃO 265

(CESPE – IPHAN – Auxiliar Institucional: Área 1 – 2018)

Acerca da organização dos poderes do Estado, julgue o item subsequente.

Compete à Câmara dos Deputados autorizar a instauração de processo contra o presidente da República, e ao Senado Federal compete o seu processamento e julgamento, nos casos de crimes de responsabilidade.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A Câmara dos Deputados autoriza a instauração de processo contra o Presidente da República, cabendo ao Senado Federal processar e julgar, quando for crime de responsabilidade; no caso de crime comum, o processamento e julgamento será competência do STF:

CF, Art. 51. **Compete privativamente à Câmara dos Deputados:**

I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;

CF, Art. 52. **Compete privativamente ao Senado Federal:**

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

GABARITO: certo.

### 3 SENADO FEDERAL

#### QUESTÃO 276

(CESPE – MPOG – Técnico de Nível Superior – 2015)

No que se refere ao Poder Legislativo, julgue o seguinte item.

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados compõem-se de representantes eleitos pelo princípio majoritário.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

O **Senado Federal** compõem-se de representantes eleitos pelo sistema majoritário; a **Câmara dos Deputados**, por sua vez, é composta de membros eleitos pelo sistema proporcional:

CF, Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

[...]

CF, art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

GABARITO: errado.

### 4 VEDAÇÕES, GARANTIAS E IMUNIDADES PARLAMENTARES

#### QUESTÃO 281

(CESPE – Prefeitura de Manaus/AM – Procurador do Município – 2018)

Julgue o item a seguir com base nas normas constitucionais que versam sobre as prerrogativas dos vereadores.

Os estados podem prever foro por prerrogativa de função aos vereadores, ressalvada a competência constitucional do tribunal do júri.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

De início, o gabarito da questão era “certo” com a seguinte justificativa:

As Constituições estaduais podem prever foro por prerrogativas de função aos vereadores. Entretanto, **a competência constitucional do Tribunal do Júri se sobrepõe às prerrogativas previstas nas constituições estaduais.**

A Súmula 721 do STF diz: “A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual”.

Porém, em junho de 2021, o STF julgou a ADI 6842/PI. Firmou-se o entendimento de que as constituições estaduais não podem instituir novas hipóteses de foro por prerrogativa de função além do que está previsto na Constituição Federal:

2. A jurisprudência prevalecente neste Supremo Tribunal é contrária à extensão discricionária do rol de autoridades detentoras do foro por prerrogativa de função, em afronta aos princípios constitucionais da simetria, da isonomia e do juiz natural.

[ADI 6842/PI, rel. min. Cármen Lúcia. J. 21-6-2021, P, DJ de 30-06-2021.]

GABARITO INICIAL: certo. GABARITO ATUALIZADO: errado.

## 5 COMISSÕES PARLAMENTARES E CPIS

### QUESTÃO 289

(CESPE – Câmara dos Deputados – Consultor Legislativo – 2014)

A respeito dos poderes das comissões do Congresso Nacional, julgue o item subsequente.

Às comissões permanentes da Câmara dos Deputados é dado o poder de convocar ministros de Estado, bem como autoridades e cidadãos.

( ) CERTO ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

As comissões possuem, em razão de sua matéria, diversas competências. Vejamos:

CF, art. 58, § 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe: [...]

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições; [...]

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

A assertiva diz que as comissões permanentes da Câmara dos Deputados podem convocar Ministros de Estado, autoridades e cidadãos. Entretanto, **elas não podem convocar autoridades e cidadãos**, mas apenas solicitar o depoimento deles.

Portanto:

- **Convoca:** Ministros de Estado;
- **Solicita:** autoridade e cidadão.

GABARITO: errado.

### 6 TCU E FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO

#### QUESTÃO 292

(CESPE – MPE/PI – Analista Ministerial: Área Processual – 2018)

São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Essa independência, todavia, não é absoluta porque há institutos de ingerência mútua, como é o caso das medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, do controle orçamentário realizado pelo Poder Legislativo e da apreciação de ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, entre outras, pelo Poder Judiciário.

A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

A fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos entes públicos, mediante controle externo, compete ao Poder Legislativo, com auxílio dos respectivos tribunais de contas.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Sobre o tema, a CF diz:

CF, Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O controle externo pertence ao Poder Legislativo, este que, conforme a nossa Constituição Federal, é auxiliado pelos tribunais de contas.

Algumas vezes a questão pode dizer que o controle externo é exercido pelo tribunal de contas, ou que o tribunal de contas é titular do controle externo, mas são afirmações erradas: o Poder Legislativo é o titular do controle externo, ao passo que o tribunal de contas apenas presta o devido auxílio.

GABARITO: certo.



## PROCESSO LEGISLATIVO

### 1 FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO E DELIBERAÇÕES

#### QUESTÃO 313

(CESPE – TCE/PE – Analista de Gestão: Julgamento – 2017)

A respeito do Poder Legislativo, julgue o item subsecutivo.

Quando propostas pelo presidente da República e aprovadas pelas casas do Congresso Nacional, as emendas à Constituição deverão ser promulgadas pelo proponente em prazo constitucionalmente determinado.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Vamos dividir a questão em dois pontos:

**Primeiro ponto:** o Presidente da República tem atribuição constitucional para propor emendas à Constituição:

CF, Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

II - do Presidente da República;

**Segundo ponto:** diferentemente dos projetos de lei, as PECs não são objeto de sanção ou veto presidencial. Sua promulgação fica por conta das Casas Legislativas:

CF, art. 60, § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Portanto, a questão está incorreta, pois **o Presidente da República** – que, no caso em tela, é o proponente da PEC – **não promulgará a emenda no prazo constitucionalmente determinado**.

GABARITO: errado.

#### QUESTÃO 330

(CESPE – Câmara dos Deputados – Analista Legislativo: Consultor Legislativo Área XIX – 2014)

Acerca do processo legislativo e do Poder Legislativo, julgue o item a seguir.

Cabe ao Ministério Público deflagrar o processo legislativo de lei referente à criação e extinção de cargos de seus membros e de seus servidores auxiliares.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Esta é uma das questões que o CESPE exige mais o conhecimento sobre a língua portuguesa do que sobre a matéria em si. “Deflagrar” significa “provocar”, “incitar”.

Agora, vejamos o que diz a CF:

CF, art. 127, § 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

Portanto, o Ministério Público é quem propõe ao Poder Legislativo a criação e extinção de cargos de seus membros e de seus servidores auxiliares. Em outras palavras, o MP é quem pode deflagrar, provocar o Poder Legislativo nesses casos.

GABARITO: certo.

## PODER EXECUTIVO

### 1 PRESIDENTE DA REPÚBLICA, VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA E MINISTROS DE ESTADO

#### QUESTÃO 343

(CESPE – Instituto Rio Branco – Diplomata – 2018)

Considerando a ordem constitucional brasileira, julgue (C ou E) o item seguinte.

O Poder Executivo é um órgão pluripessoal, exercido pelo presidente e pelo vice-presidente da República e pelos ministros de Estado.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

O Poder Executivo é monocrático. Conforme o art. 76 da CF, “o Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado”.

As funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo são **exercidas pelo Presidente da República**, sendo que os Ministros de Estado prestam auxílio nessas funções.

GABARITO: errado.

### 2 IMUNIDADES, CRIMES COMUNS, CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE IMPEACHMENT

#### QUESTÃO 355

(CESPE – MPE/PI – Técnico Ministerial: Área Administrativa – 2018)

Julgue o item a seguir, relativo à organização administrativa do Estado e aos poderes da República Federativa do Brasil.

O presidente da República ficará suspenso de suas funções nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Senado Federal.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Exatamente. É o que diz a CF:

CF, art. 86, § 1º O Presidente ficará suspenso de suas funções:

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

Nos crimes comuns, ficará suspenso de suas funções após recebida a denúncia ou queixa-crime pelo STF (CF, art. 86, §1º, I).

Lembrando que, em ambos os casos, a acusação contra o Presidente da República deve ser admitida pela Câmara dos Deputados, por 2/3 de seus membros (CF, art. 86, *caput*).

## 3 CONSELHO DA REPÚBLICA E CONSELHO DE DEFESA NACIONAL

### QUESTÃO 365

(CESPE - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência: Área 2 - 2018)

A respeito do Poder Executivo, julgue o seguinte item.

Nos termos da Constituição Federal de 1988, cabe ao Conselho da República, órgão superior de consulta do presidente da República, pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de sítio e estado de defesa, bem como sobre questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

É o que diz o texto constitucional:

CF, art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam: [...]

Art. 90. Compete ao **Conselho da República** pronunciar-se sobre:

I - intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio;

II - as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.

## PODER JUDICIÁRIO

### 1 DISPOSIÇÕES GERAIS

#### QUESTÃO 371

(CESPE – EMAP – Analista Portuário: Área Administrativa – 2018)

Julgue o próximo item, relativo à organização dos poderes.

A inamovibilidade dos juízes é uma garantia não absoluta.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A **inamovibilidade**, assim como os demais direitos, **não é absoluta**. Ela é relativizada pelo interesse público:

CF, art. 93, VIII o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

GABARITO: certo.

### 2 STF

#### QUESTÃO 404

(CESPE – TCE/PE – Analisa de Gestão: Julgamento – 2017)

No que tange ao Poder Judiciário, julgue o item subsequente.

Membros aposentados do tribunal de contas estadual podem ser indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Esta questão talvez tenha sido a maior pegadinha do Cespe em 2017. Vejamos o porquê:

CF, art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal;

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

O CESPE elaborou esta questão justamente para induzir ao erro o candidato que “vai no automático”.

A CF não menciona que, dentre os integrantes do CNJ, há membros aposentados dos tribunais de conta estaduais e, mesmo assim, a afirmativa está correta. Pois nada impede que eles sejam indicados na qualidade de “cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada” (inciso XIII).

Portanto, os membros aposentados do tribunal de contas estadual podem ser indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça.

GABARITO: certo.

## 4 STJ, JUSTIÇA FEDERAL E DEMAIS JUSTIÇAS

### QUESTÃO 409

(CESPE – STM – Analista Judiciário: Área Administrativa – 2018)

Em relação aos direitos e garantias fundamentais e ao Poder Judiciário, julgue o item a seguir.

O Superior Tribunal Militar é composto por quinze ministros vitalícios, que, por serem todos oficiais oriundos das Forças Armadas, devem ser brasileiros natos.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

O STM é realmente composto por 15 ministros, mas **nem todos eles devem ser das Forças Armadas**. Segundo o art. 123, dentre os magistrados, **05 serão civis**.

Ainda segundo o referido dispositivo, além dos 05 civis, o STM será composto de 03 oficiais-generais da Marinha, 04 oficiais-generais do Exército e 03 oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira.

O art. 12, § 3º, CF dispõe que os cargos de oficial das forças armadas são privativos de brasileiro nato, mas não impõe a mesma restrição aos cargos de ministro do STM.

Dessa maneira, o STM é composto de 10 oficiais-generais (necessariamente brasileiros natos) e de 05 civis (brasileiros natos ou naturalizados).

A assertiva está errada por dois motivos: a) nem todos os ministros do STM são oriundos das Forças Armadas; b) apenas 10 dos 15 ministros são necessariamente brasileiros natos.

GABARITO: errado.

### QUESTÃO 422

(CESPE – TRE/GO – Técnico Judiciário: Área Administrativa – 2015)

**Acerca do alistamento eleitoral e da organização da justiça eleitoral, julgue o próximo item.**

**O Tribunal Superior Eleitoral compõe-se de, no mínimo, sete membros, entre os quais estão dois representantes do Ministério Público Federal.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

O TSE é composto por, no mínimo, 07 membros. Atualmente, 05 são juízes e 02 são advogados:

CF, art. 119. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos:

I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça;

II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

**Não há, portanto, representantes do Ministério Público Federal na composição do TSE.**

GABARITO: errado.

## FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

### 1 MINISTÉRIO PÚBLICO

#### QUESTÃO 437

(CESPE – MPU – Técnico do MPU: Administração – 2018)

No que se refere aos cargos de procurador-geral e procurador-geral da República e aos membros do Ministério Público, julgue o item que se segue.

O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista tríplice composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Diferentemente do processo de escolha do Procurador-Geral da República, **a escolha dos Procuradores-Gerais dos Estados e do DF não precisa de aprovação do Poder Legislativo:**

CF, art. 128, § 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

GABARITO: certo.

### 2 ADVOCACIA PÚBLICA

#### QUESTÃO 460

(CESPE – Prefeitura de Fortaleza/CE – Procurador do Município – 2017)

A respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte à luz da CF.

De acordo com o entendimento do STF, são garantidas ao advogado público independência funcional e inamovibilidade.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

O STF entende que **a garantia da inamovibilidade não é estendida aos advogados públicos**, mas apenas a independência funcional:

A garantia da inamovibilidade é conferida pela CF apenas aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública, não podendo ser estendida aos procuradores do Estado.

[ADI 291, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 7-4-2010, P, DJE de 10-9-2010.]



A atividade de assessoramento jurídico do Poder Executivo dos Estados é de ser exercida por procuradores organizados em carreira, cujo ingresso depende de concurso público de provas e títulos, com a participação da OAB em todas as suas fases, nos termos do art. 132 da CF. Preceito que se destina à configuração da necessária qualificação técnica e independência funcional desses especiais agentes públicos.

[ADI 4.261, rel. min. Ayres Britto, j. 2-8-2010, P, DJE de 20-8-2010.] = ADI 4.843 MC-ED-REF, rel. min. Celso de Mello, j. 11-12-2014, P, DJE de 19-2-2015

GABARITO: errado.

### 3 ADVOCACIA

#### QUESTÃO 464

(CESPE – Prefeitura de Fortaleza/CE – Procurador do Município – 2017)

A respeito das funções essenciais à justiça, julgue o item seguinte à luz da CF.

**O ente federado tanto pode optar pela constituição de defensoria pública quanto firmar convênio exclusivo com a OAB para prestar assistência jurídica integral aos hipossuficientes.**

( ) CERTO      ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

O STF tem jurisprudência sobre o tema:

É inconstitucional toda norma que, impondo a Defensoria Pública estadual, para prestação de serviço jurídico integral e gratuito aos necessitados, a obrigatoriedade de assinatura de convênio exclusivo com a OAB, ou com qualquer outra entidade, viola, por conseguinte, a autonomia funcional, administrativa e financeira daquele órgão público.

[ADI 4.163, rel. min. Cezar Peluso, j. 29-2-2012, P, DJE de 1º-3-2013.]

Na ADI supramencionada, o Relator Ministro Cezar Peluso, em seu voto, sustentou:

É dever constitucional do Estado oferecer assistência jurídica gratuita aos que não disponham de meios para contratação de advogado, tendo sido a Defensoria Pública eleita, pela Carta Magna, como o único órgão estatal predestinado ao exercício ordinário dessa competência. Daí, qualquer política pública que desvie pessoas ou verbas para outra entidade, com o mesmo objetivo, em prejuízo da Defensoria, insulta a Constituição da República.

[ADI 4.163, rel. min. Cezar Peluso, j. 29-2-2012, P, DJE de 1º-3-2013.]

Além disso, o ADCT, art. 98, § 1º (incluído pela EC n. 80/2014), dispõe que “no prazo de 8 (oito) anos, a União, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais”.

Dessa maneira, **não pode o ente federado optar pela criação de Defensoria Pública ou por firmar convênio com a OAB para que esta preste os serviços que são constitucionalmente impostos àquela.**

GABARITO: errado.

### 4 DEFENSORIA PÚBLICA

#### QUESTÃO 471

(CESPE – DPU – Técnico em Assuntos Educacionais – 2016)

A respeito do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item a seguir.

Os princípios institucionais da Defensoria Pública incluem a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

A EC n. 80/2014 trouxe mudanças significativas à Defensoria Pública. Seus princípios institucionais, presentes somente na LC n. 80/1994, foram incluídos no texto constitucional:

CF, art. 134, § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

Observa-se que a **Defensoria Pública** possui os mesmos princípios institucionais que o Ministério Público (CF, art. 127, § 1º).

GABARITO: certo.

## DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

### 1 ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTIO

#### QUESTÃO 479

(CESPE – TCE/RN – Auditor – 2015)

**A respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, do sistema tributário nacional e das finanças públicas, julgue o próximo item.**

**A decretação de estado de sítio pode importar na restrição de direitos fundamentais como o direito de reunião, de propriedade e de inviolabilidade da correspondência.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

#### COMENTÁRIOS

Vejamos as hipóteses que ensejam o estado de sítio:

CF, Art. 137. O Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio nos casos de:

I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa;

II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

Há, portanto, três hipóteses que autorizam a decretação do estado de sítio:

1. Comoção grave de repercussão nacional (inciso I);
2. Ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa (inciso II);
3. Declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira (inciso II).

O decreto do estado de sítio deverá indicar as garantias constitucionais que ficarão suspensas (art. 138, *caput*, CF).

No caso do art. 137, inciso I, a CF restringe as garantias que podem ser suspensas:

Art. 139. Na vigência do estado de sítio decretado com fundamento no art. 137, I, só poderão ser tomadas contra as pessoas as seguintes medidas:

I - obrigação de permanência em localidade determinada;

II - detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns;

III - restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei;

IV - suspensão da liberdade de reunião;

V - busca e apreensão em domicílio;

VI - intervenção nas empresas de serviços públicos;

VII - requisição de bens.

Em relação ao inciso I do art. 137, o texto constitucional fala em suspensão da liberdade de reunião, em restrição à inviolabilidade da correspondência (restrição é mais branda que suspensão), mas não fala em suspensão ao direito de propriedade.

Porém, a CF não faz a mesma limitação ao estado de sítio e a consequente suspensão de garantias constitucionais quando ocorrer a hipótese do inciso II do art. 137.

Dessa maneira, quando a questão diz que o estado de sítio pode importar na restrição de direitos fundamentais, ela está se referindo ao caso do inciso II do art. 137. Neste caso, qualquer garantia constitucional pode ser suspensa ou restringida, desde que esteja expressa no decreto do estado de sítio.

GABARITO: certo.

## 2 FORÇAS ARMADAS E SEGURANÇA PÚBLICA

### QUESTÃO 486

(CESPE – PC/SE – Delegado de Polícia – 2018)

**Conforme disposições constitucionais a respeito da organização da segurança pública, julgue o item a seguir.**

**O poder constituinte originário, ao tratar da segurança pública no ordenamento constitucional vigente, fez menção expressa à segurança viária, atividade exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas.**

( ) CERTO            ( ) ERRADO

### COMENTÁRIOS

Vejamos o que diz a CF:

CF, art. 144, § 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014) [...]

**Não foi o poder constituinte originário quem fez tal menção na CF, mas sim o constituinte reformador**, por meio da EC 82/2014.

É importante memorizar algumas das modificações feitas pelas emendas constitucionais. Comumente, as bancas (principalmente o CESPE) cobram esse tipo de conhecimento. É o caso das questões que perguntam se direitos como a alimentação, moradia e transporte estavam presentes no rol de direitos sociais, na redação original da CF; também há diversas questões que falam do princípio da eficiência, na administração pública, que passou a existir no texto constitucional apenas com a EC 19/1998.

GABARITO: errado.

## QUESTÃO 495

(CESPE - ABIN - Oficial Técnico de Inteligência: Área 2 - 2018)

Com relação à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue o item que se segue.

A exclusividade atribuída pela Constituição Federal de 1988 à Polícia Federal para o exercício das funções de polícia judiciária da União impede a realização de atividade de investigação criminal pelo Ministério Público.

( ) CERTO            ( ) ERRADO

## COMENTÁRIOS

Esta questão também exige o conhecimento da jurisprudência do STF:

[...] Fixada, em repercussão geral, tese assim sumulada: "O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso país, os advogados [...]"

[RE 593.727, rel. p/ o ac. min. Gilmar Mendes, j. 14-5-2015, P, DJE de 8-9-2015, Tema 184.]

Nesse julgado, o STF adotou a **teoria dos poderes implícitos**. Conforme tal teoria, o legislador, ao incumbir determinada competência a um órgão, também lhe confere os meios necessários para a concretização dessas atribuições, mesmo que não haja previsão expressa em lei.

Portanto, observando-se os limites impostos pela Corte Suprema, o Ministério Público pode realizar investigação criminal.

GABARITO: errado.